

# Teodoro Estudita e sua oposição ao poder imperial: uma análise da Controvérsia Moechiana e da Segunda Iconoclastia

*Theodore the Studite and his opposition to imperial power: an  
analysis of the Moechian Controversy and the Second Iconoclasm*

**Caroline Coelho Fernandes\***

**Resumo:** Teodoro Estudita foi um monge que, no decorrer do século IX, foi uma importante força de oposição diante das decisões imperiais julgadas por ele como ultrajantes aos ideais cristãos bizantinos. Em duas ocasiões, colocou-se contrário ao imperador e suas ações, sofrendo consequências e punições, como o exílio. Em função disso, nosso objetivo se insere na tentativa de compreender o papel de Teodoro como agente de oposição ao palácio imperial e suas relações com ele, uma vez que os monges eram considerados importantes meios de contato e influência sobre a sociedade bizantina. Pretendemos fazer isso a partir do estudo de caso da Controvérsia Moechiana e da Segunda Iconoclastia (815-843), nas quais o monge foi protagonista.

**Abstract:** Theodore the Studite was a monk who, in the course of the 9th century, was an important force of opposition to imperial decisions judged by him as outrageous to Byzantine Christian ideals. On two occasions he was opposed to the emperor and his actions, suffering consequences and punishments, such as exile. As a result, our objective is part of the attempt of understanding Theodore's role as an agent of opposition to the Imperial Palace and its relations with it, since the monks were considered important means of contact and influence on Byzantine society. We intend to do this from the case study of the Moechian Controversy and the Second Iconoclasm (815-843), where in both the monk was the protagonist.

**Palavras-chave:**

Teodoro Estudita.  
Controvérsia Moechiana.  
Iconoclastia.  
Poder Imperial.  
Bizâncio.

**Keywords:**

Theodore the Studite.  
Moechian Controversy.  
Iconoclasm.  
Imperial Power.  
Byzantium.

---

Recebido em: 01/12/2020  
Aprovado em: 11/01/2021

---

\* Doutoranda em História pela Universidade Federal de Ouro Preto (Ufop) sob a orientação do Prof. Dr. Fábio Duarte Joly. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (Fapemig) e integrante do Laboratório de Estudos sobre o Império Romano (Leir/Ufop).

## Introdução

O século VIII findou com dois importantes acontecimentos no Império Bizantino: a derrota da primeira fase iconoclasta e a ocorrência da Controvérsia Moechiana. A Iconoclastia, iniciada pelo imperador Leão III (717-741), foi uma política de cunho religioso, na qual proibiu-se a produção de ícones de Cristo, da Virgem, dos santos e seu culto em todo território imperial.

Em 726, o imperador deu ordens para que se retirasse, da porta de bronze do palácio imperial, a *Chalké*, uma imagem de Cristo, causando grande revolta na população de Constantinopla e na parte ocidental do Império, através do papa (OSTROGORSKY, 1984, p. 171-172), dando início, assim, à sua política contrária aos ícones.

Seu fim se deu somente após a ascensão da imperatriz Irene (780-797/797-802) ao trono, como regente de seu filho menor de idade, Constantino VI (780-797), com a convocação feita por ela do Concílio de Niceia II, em 787, marco da primeira restauração do culto dos ícones e da condenação de seus adversários. Porém, o fim da polêmica não conseguiu cessar os conflitos em torno dos ícones, nem entre os principais setores da sociedade bizantina – imperadores, patriarcas, monges –, já que estes se encontravam divididos não apenas teologicamente, mas também política e intelectualmente (MEYENDORFF, 1979, p. 54-55).

Já a Controvérsia Moechiana – do grego *moiceía*, que significa “adultério” – foi um imbróglio ocorrido em torno do segundo casamento do imperador Constantino VI (780-797), em 795, com sua amante, Teódote, o que não era aceito nem permitido pelas leis do período. Para tanto, o imperador acusou sua esposa, Maria, de tentativa de envenenamento e ameaçou as autoridades com o retorno da Iconoclastia, caso o patriarca não realizasse o casamento. Tarásio, o então patriarca, concordou com a união, o que se desdobrou em desentendimentos até 811, quando o então imperador vigente, Miguel I (811-813), encerrou o caso definitivamente (KAZHDAN, 1991, p. 1388-1389).

Tal acontecimento é significativo, uma vez que acreditamos que, a partir de então, tem-se um terreno sendo preparado para o surgimento da segunda fase iconoclasta, já que aqui se iniciam as disputas entre os principais personagens que dela fizeram parte – imperadores, o Mosteiro de Estúdio, Teodoro, ideologias religiosas e a questão do poder.

Assim sendo, a Iconoclastia ressurgiu em 815, no que chamamos de sua segunda fase, nesse cenário de conflitos entre alguns setores monacais e imperiais, uma vez que não estamos lidando com grupos fechados que agiam de forma uníssona. Portanto, nossa atenção se restringe a Teodoro Estudita e suas ações como monge e, posteriormente, abade do Mosteiro de Estúdio e seus companheiros monges, além de seu tio, Platão.

Primeiramente, é preciso ressaltar que a Segunda Iconoclastia (815-843) e mesmo o seu hiato anterior (787-815) foram perpassados pela composição da aristocracia e sua função dentro do Império, uma vez que Teodoro, seu tio Platão, entre outros líderes monásticos, eram parte de uma aristocracia provincial que, para chegar a tal posição, comprava os títulos necessários, mesclando-se à corte aristocrática ao conseguir alcançar importantes cargos oficiais, eclesiásticos e monásticos (CHARANIS, 1948, p. 53-54).

Em decorrência disso, temos um monasticismo enraizado nessa sociedade, de forma que seus membros detinham influência, sendo os principais agentes na derrota da Primeira Iconoclastia, que levou à proliferação de novos mosteiros (CHARANIS, 1948, p. 54), além de sua maior visibilidade e privilégios.

Daí a necessidade de estudos que abarquem essas relações, já que eram ambíguas e se desenrolavam a partir de jogos de interesses. Tais relações sempre foram complexas, uma vez que o setor monacal era considerado uma sociedade dentro da sociedade, ou seja, não estava submetido às normas fiscais e de carreira como outros setores dentro do Império, sendo assim um espaço profícuo para a formação de oposições políticas (MCGUCKIN, 1993, p. 46-47).

Desse modo, consideramos a Segunda Iconoclastia como uma forma de suprimir o monasticismo, assim como McGuckin (1993), porém com algumas ressalvas, já que o autor defende que esta seria a razão para a eclosão da Primeira Iconoclastia (726) também, uma vez que o imperador Leão III (717-741), ao assumir o trono em um período de instabilidade, teria imposto a Iconoclastia como forma de centralização em Constantinopla, e sua missão como *basileus*, isto é, sacerdote e rei, era resolver o problema referente ao setor monástico.

Não acreditamos, porém, que, em um primeiro momento, o setor monacal fosse um problema para Leão III quando este decretou a política iconoclasta, visto que a maior questão a ser resolvida eram os problemas externos relacionados à perda de territórios, ao avanço do Islã e à imagem da autoridade imperial, que se encontrava desgastada naquele momento.

Desse modo, concordamos com o autor que a Iconoclastia foi utilizada como uma forma de centralização política da imagem imperial, que estava deteriorada em decorrência da instabilidade no trono no decorrer do século VII. Não teria sido instituída, assim, como uma resposta a membros do setor monacal, como um movimento antimonástico – como defendido por algumas correntes historiográficas –, já que os monges somente se inseriram no debate quando a política religiosa de Leão III já havia sido imposta, isto é, não poderiam ser a causa da sua eclosão.

Em um primeiro momento, portanto, será feita uma análise da Controvérsia Moechiana e seus desdobramentos, demonstrando-se a atuação de Teodoro e dos estuditas no seu decorrer, para enfim compreendê-la como um fator de retorno da política iconoclasta e como esta terminou para Teodoro e seus companheiros.

### **A Controvérsia Moechiana (794/5-811)**

Em 795, o imperador Constantino VI (780-797) decidiu se divorciar de sua esposa – o que não era legítimo no período – para se casar com sua amante (STAMBOLOV, 2015, p. 140-141), utilizando-se, então, para tal feito, de uma acusação de conspiração armada pela sua esposa para envenená-lo, o que era considerado uma traição – que tinha como consequência a pena de morte –, o que levou o patriarca Tarásio a fazer uma negociação com a acusada, com sua admissão em um mosteiro para que não fosse assassinada e aceitasse o casamento do marido com Teódota, que era parente de Teodoro e de seu tio Platão e dama de companhia da imperatriz Irene, mãe de Constantino (CHOLIJ, 2009, p. 39-40).

O imperador se casou, então, com Teódota no mesmo ano, beneficiando-se de seu sucesso militar contra os árabes, coroando-a como Augusta (CHOLIJ, 2009, p. 41). Como não havia justificativas plausíveis para o divórcio, o patriarca se recusou a realizar a cerimônia de casamento e o então padre José, mordomo da Igreja de Santa Sofia e abade do Mosteiro de Kathara, resolveu realizá-la (STAMBOLOV, 2015, p. 140-141). Nenhuma atitude foi tomada pelo patriarca, que, apesar de não abençoar tal união, também nada fez para impedi-la, uma vez que Constantino VI o ameaçou com a retomada da Iconoclastia (STAMBOLOV, 2015, p. 141-142).

Como consequência, o episódio acabou por se dividir em duas etapas, sendo a primeira entre 795 a 797, e a segunda entre 806-811. Na primeira, Teodoro e seu tio Platão, considerados “radicais”, julgaram o casamento como ilegal, exigindo, dessa forma, uma ação do patriarca: que ele excomungasse tanto o imperador quanto o padre que realizou a cerimônia, e que o último também fosse expulso do sacerdócio, o que não foi atendido e fez com que os monges rompessem com os três (STAMBOLOV, 2015, p. 141-142). Para Teodoro, o imperador foi contra as leis divinas e o seu segundo casamento era “adúltero”, enquanto o patriarca foi considerado um cúmplice devido à sua inércia para com a situação (CHOLIJ, 2009, p. 42).

Posteriormente, em 797, o imperador Constantino VI procurou os monges com o intuito de uma reconciliação, que não se concretizou. Desse modo, contrariado frente a Teodoro e Platão, ordenou o açoitamento do primeiro e a prisão do segundo em

Constantinopla, enquanto Teodoro e outros dez monges foram enviados em seguida para o exílio, na Tessalônica, e os demais monges de Sacúdio foram dispersos (STAMBOLOV, 2015, p. 141-142).

O que não se imaginava, entretanto, era que Irene tinha outros planos para Constantino VI e que logo se findaria o exílio dos monges, já que Irene depôs o próprio filho, ordenando que o mesmo fosse cegado, restituindo o seu lugar como imperatriz e governante única (STAMBOLOV, 2015, p. 143).<sup>1</sup>

Assim que se tornou imperatriz novamente, Irene libertou Platão e retirou os monges do exílio, enviando-os de volta para o mosteiro de Sacúdio, enquanto Teodoro foi tratado como herói e reatou com o patriarca Tarásio após este depor o padre José e se desculpar com seu tio (STAMBOLOV, 2015, p. 143).

A dívida que os monges de Sacúdio tinham para com a imperatriz era extensa, o que fez com que não se manifestassem sobre o fato de ela ter ordenado que o próprio filho fosse cegado e deposto (CHOLIJ, 2009, p. 43). Tal fato demonstra que Teodoro e seu grupo nem sempre agiam conforme e em nome das leis divinas, como o próprio Cholij (2009) sugere, demonstrando que suas ações decorriam de acordo com os seus interesses como abade de um importante mosteiro, mas também parte de uma aristocracia que dependia dessa instituição para sobreviver e alcançar influência e poder.

Ressalta-se que, apesar de, num primeiro momento, todos portarem-se contrários ao segundo casamento do imperador, o patriarca Tarásio voltou atrás na decisão devido à ameaça de Constantino VI de um possível retorno da Iconoclastia. Isso, para Teodoro, era motivo suficiente para nada declarar acerca das atitudes de Irene, uma vez que, após o fim da Primeira Iconoclastia, em 787, muitos foram os privilégios direcionados ao setor monacal, e ele não queria perdê-los com o retorno de uma política que prejudicava os mosteiros.

Desse modo, percebemos, aqui, que nem tudo eram tensões entre imperadores e monges e que a harmonia de tais relações dependia dos interesses mútuos. Irene queria voltar a ser imperatriz e reinar unicamente, enquanto Teodoro queria manter o conservadorismo ortodoxo, os valores monacais, sua posição e influência, já que não podemos esquecer o fato de que a amante e segunda esposa do imperador tinha parentesco com ele e seu tio Platão, o que poderia não ser estimado dentro da sociedade bizantina.

---

<sup>1</sup> A imperatriz Irene governou por duas vezes, sendo a primeira de 775-780 como regente de seu filho Constantino VI, que era menor de idade, e uma segunda vez de 797-802, sozinha.

Para corroborar tais alegações, em 799, a imperatriz enviou Teodoro a Constantinopla para se tornar abade do antigo Mosteiro de Estúdio, o qual, sob sua liderança, se transformou no principal centro monástico da capital imperial, além de angariar muitos fiéis, visitantes e inúmeros candidatos à vida monástica (STAMBOLOV, 2015, p. 143), o que continuava sendo um problema no Império devido às frequentes batalhas por ele sofridas, posteriormente necessitando, assim, de soldados.

No entanto, nada saiu como o planejado e, em 802, a imperatriz Irene foi destronada em favor de Nicéforo I (802-811), quando então temos o início da segunda fase da Controvérsia Moechiana, que, como sustentamos, preparou o retorno da Iconoclastia.

Ao converter-se em imperador, Nicéforo fez de seu plano de governo o fortalecimento da economia e da segurança do Império, implementando, dessa forma, reformas tributárias, inclusive sobre a Igreja, o que lhe rendeu muitas críticas (CHOLIJ, 2009, p. 47).

Apesar disso, as relações entre o imperador e os estuditas ocorreram de forma pacífica nos primeiros anos, o que começou a se transformar após a morte do patriarca Tarásio e a exigência de uma eleição para a escolha de um novo nome, em decorrência da dificuldade de satisfazer à vontade tanto do imperador quanto do setor eclesiástico (STAMBOLOV, 2015, p. 143-144).

O imperador convocou Teodoro para tal incumbência, pedindo auxílio para a escolha, sendo a resposta do último, por carta, que não se sentia apto, uma vez que era um grande defensor da independência da Igreja e do Estado (STAMBOLOV, 2015, p. 144-145).

Nicéforo, então, optou por também consultar Platão e este teria indicado Teodoro como patriarca, o que não foi levado em consideração, fazendo com que o imperador escolhesse o sucessor de Tarásio, de acordo com a sua vontade e ao contrário dos conselhos de Teodoro, optando por um leigo, de nome também Nicéforo (806-815), o que levou à demonstração de insatisfação dos estuditas e de seu abade (STAMBOLOV, 2015, p. 144-145).

Com receio da reação de Teodoro e de seus monges, o imperador Nicéforo ordenou que Teodoro e seu tio Platão fossem presos, em 806, por vinte e quatro dias até que o novo patriarca assumisse o cargo (CHOLIJ, 2009, p. 47-48), negligenciando a influência dos estuditas e, como forma de reconciliação, o novo patriarca nomeou como arcebispo da Tessalônica, José, irmão de Teodoro (STAMBOLOV, 2015, p. 146).

Entende-se, então, que as relações não apenas entre imperadores e monges estuditas se estremeceram e se encontravam em um momento de tensão, como também entre os estuditas e o Patriarcado, o que fez com que, no mesmo ano, o imperador retornasse com o caso de José de Kathara, convocando um sínodo no qual este foi

readmitido, reacendendo a Controvérsia Moechiana e seus desdobramentos (CHOLIJ, 2009, p. 49).

Teodoro, que participava do sínodo, colocou-se contrário à decisão, quebrando novamente a comunhão com o patriarca, José, a corte imperial e o próprio imperador, o que levou ao isolamento de Teodoro, seu tio e dos estuditas, uma vez que não participavam mais das cerimônias (STAMBOLOV, 2015, p. 147-148).

A partir de então, Nicéforo I convocou um novo sínodo, determinando a restauração de José de Kathara ao sacerdócio e a remoção e rebaixamento do arcebispo José da Tessalônica ao sacerdócio (CHOLIJ, 2009, p. 49-50). Essa decisão do imperador decorreu do fato de José ter se posicionado contrário às decisões imperiais e a favor de seu irmão, Teodoro (STAMBOLOV, 2015, p. 147-148).

Como forma de intimidá-los, Nicéforo ordenou que o Mosteiro de Estúdio fosse cercado e Teodoro, seu irmão José e seu tio Platão fossem levados e mantidos no Mosteiro de São Sérgio, sendo enviados posteriormente ao exílio na Ilha dos Príncipes (STAMBOLOV, 2015, p. 147-148).

Os monges estuditas, solidários a seu abade, foram dispersos e alguns enviados também para o exílio, enquanto o seu mosteiro foi fechado (CHOLIJ, 2009, p. 51-52). Durante um período de mais de dois anos foram retratadas perseguições e maus tratos aos estuditas até a morte do imperador Nicéforo, em 811 (STAMBOLOV, 2015, p. 149-150).

O imperador foi sucedido por seu filho, Estaurácio (811), que se feriu gravemente em combate no mesmo ano, não podendo assumir o trono (TREADGOLD, 2001, p. 157). Isso fez com que Miguel I (811-813), seu genro, se tornasse imperador, sendo uma de suas primeiras ações a ordem de regresso dos estuditas e o restabelecimento de José como arcebispo da Tessalônica, além de reabrir o caso de José de Kathara, depondo-o e dando fim definitivo à Controvérsia Moechiana (CHOLIJ, 2009, p. 52-53).

O patriarca se desculpou por todo o ocorrido, responsabilizando o antigo imperador pelos seus atos, e os monges foram retirados do exílio, tornando-se mais influentes na sociedade e com o novo imperador (STAMBOLOV, 2015, p. 149-150).

Percebemos, aqui, mais um momento de harmonia entre os estuditas e o imperador, já que o último deu fim à Controvérsia Moechiana e retornou com o irmão de Teodoro para o seu antigo cargo de arcebispo, além de depor o padre José, atendendo, assim, as deliberações de Teodoro e aumentando o seu prestígio e influência social.

Contudo, essa não foi a última intervenção de Teodoro e dos estuditas no período, o que demonstra que, apesar de nada ter sido feito contra eles pelo imperador Miguel I, era mais um estímulo para que houvesse outras perseguições, dado que continuavam interferindo em assuntos imperiais.

Tal intervenção se refere às perseguições e penas de morte encomendadas pelo imperador entre 811/2 aos três grupos de "Paulicianos", "Atínganos" e "Judeus", considerados heréticos, a pedido do patriarca Nicéforo, em decorrência das derrotas sofridas na batalha contra os búlgaros e por causa de Sérgio, missionário dos "Paulicianos", pelo seu trabalho, que acabaram por não serem realizadas, devido às objeções dos estuditas, que por eles intercederam, conforme a *Crônica de Teófanos* (ALEXANDER, 1977, p. 245).

Teodoro e os estuditas saíram "vitoriosos", mas suas ações não deixaram de se tornar mais uma vez um alvo para imperadores subsequentes, por serem uma oposição a possíveis decisões imperiais futuramente.

Em 813, Miguel I foi destronado e obrigado a abdicar em prol de um de seus generais, conhecido como Leão, o Armênio, que se tornou o novo imperador (813-820). Leão retornou com a política iconoclasta, em decorrência de inúmeras derrotas militares que havia sofrido, além de depor o patriarca Nicéforo, que foi enviado ao exílio, o que fez com que muitos mosteiros compactuassem com suas ações para não sofrer sanções como no governo do imperador Constantino V, na primeira fase iconoclasta (STAMBOLOV, 2015, p. 149-150).

Isso pode ser evidenciado mediante as cartas de Teodoro, nas quais se sugeria que praticamente todos os mosteiros de Constantinopla se posicionaram a favor da restauração da Iconoclastia, tendo como exemplo o Mosteiro de São Sérgio e Bakkhos, que, sob a liderança de João, o Gramático – que tempo depois tornou-se patriarca, em 837 –, teria sido um centro de disseminação de ideais iconoclastas e de confinamento de iconófilos (STAMBOLOV, 20015, p. 151-152).

Dessa forma, podemos concluir que abades, monges e mosteiros comportavam-se de acordo com os seus interesses, neste caso, sendo favoráveis ao imperador para não perder sua influência e privilégios, mesmo que isso fosse contrário às suas convicções, uma vez que poderiam obter maiores proveitos fazendo parte da corte imperial.

Em relação a Teodoro, seus monges e seu tio Platão, é possível apontá-los como os maiores agentes de atuação contrária às decisões imperiais, que precisavam ser combatidos, já que poderiam influenciar os demais grupos do setor monacal, fazendo com que o poder imperial perdesse o apoio dessa importante esfera social bizantina.

### **A Segunda Iconoclastia (815-843)**

Em relação aos acontecimentos já explicitados, Leão V, o Armênio (813-820), se decidiu em prol do retorno da Iconoclastia a partir de um relatório documentado



apresentado ao mesmo, no qual estava inclusa a ata do Concílio de Hieria, que o levou à conclusão de que militares simpatizantes da Iconoclastia culpavam os ícones por suas derrotas em combate, fazendo com que o imperador tomasse a decisão de restaurar a querela das imagens, apesar dos esforços contrários do patriarca Nicéforo e de Teodoro (CHOLIJ, 2009, p. 56). Ele sabia que precisava não somente da força dos militares para vencer os inimigos externos, mas também de seu apoio para se manter no poder, cedendo, assim, à vontade do exército.

O patriarca e Teodoro tentaram de todas as formas persuadir o imperador contra a volta da política iconoclasta, o que foi inútil. Desse modo, Nicéforo foi pressionado à renúncia de seu cargo como patriarca enquanto Teodoro, que se tornou até sua morte a maior liderança como oposição iconófila, promoveu uma procissão com sua comunidade monástica no dia 25 de março de 815, nas proximidades do Mosteiro de Estúdio (STAMBOLOV, 2015, p. 151-152).

Sendo assim, o novo patriarca convocou um sínodo, no qual convidou Teodoro a participar; com a recusa deste, restaurou a Iconoclastia (CHOLIJ, 2009, p. 56). Tal ação resultou na perseguição de Teodoro e dos estuditas, que acabaram sendo exilados na Bitínia – onde Teodoro escreveu os *Antirréticos*, obras contrárias à Iconoclastia e em defesa dos ícones –, além de exilar também nomes como Teófanos, o Confessor, Macários de Pelequete e Nicéforo de Medikion, todos abades e bispos iconófilos (STAMBOLOV, 2015, p. 151-152).

As perseguições aos iconófilos foram seletivas, já que alguns nada sofreram, sendo a atenção do imperador dedicada àqueles que foram contrários ao sínodo publicamente, como Teodoro e sua comunidade – seu tio Platão nada sofreu dessa vez, já que havia falecido em 814. Leão não tinha o intuito de fazer mártires, mas sim de romper a resistência dos monges (CHOLIJ, 2009, p. 57-59). Observa-se, dessa forma, que o imperador tinha receio em relação aos estuditas devido à influência destes, dando início a artifícios para coibir suas ações, principalmente de seu abade.

Consequentemente, Leão quis fechar o Mosteiro de Estúdio. Entretanto, certo Leôncio, um estudita que se colocou contrário a Teodoro, foi nomeado como novo abade, fazendo com que o mosteiro se mantivesse aberto, adotando, assim, a posição iconoclasta. Porém, após algum tempo voltou a ser um iconófilo, o que era uma tendência entre 816-819 devido ao martírio sofrido pelos estuditas e demais iconófilos perseguidos, o que motivou muitos a cederem à Iconoclastia (STAMBOLOV, 2015, p. 152-153).

Podemos observar, aqui, estratégias para a manutenção do setor monacal, o que demonstra que mesmo aqueles que se colocavam a favor da Iconoclastia, o faziam como forma de manter seus benefícios dentro dessa sociedade e perante a autoridade imperial.

Como muitos mosteiros em Constantinopla e ao redor eram de propriedade do Império, necessitavam da assistência do imperador para se manter, não podendo portarem-se contrários às disposições imperiais, já que o patrocínio imperial determinava obrigações políticas e militares (BENOIT-MEGGENIS, 2010, p. 8-9).

No caso dos estuditas, estes o faziam por serem parte de um mosteiro independente, mas que dependia das doações de aristocratas, peregrinações em prol de suas relíquias e ícones. Por isso, se colocaram como oposição, mas depois de todas as consequências sofridas, tornam-se favoráveis às deliberações imperiais a fim de sobreviverem sem a figura de seu líder mais importante, que se encontrava em exílio.

Foi durante o exílio que se pode ter dimensão da influência de Teodoro, não só para com os seus, mas para com a Cristandade em geral, já que foi através de cartas que conseguiu se comunicar com o mundo externo, obtendo o reconhecimento do papa, além do de patriarcas orientais e leigos (STAMBOLOV, 2015, p. 152-153).

Isto é, mesmo o imperador Leão fazendo de tudo para coibir suas formas de atuação, Teodoro conseguiu se comunicar e influenciar os demais, demonstrando que sua oposição realmente dificultava os planos imperiais e que ele só não sofreu maiores punições, como a morte, por seu prestígio e por sua posição social dentro do Império.

No entanto, em 820, durante o Natal, a sorte de Teodoro, dos estuditas e dos demais monges iconófilos começou a mudar, em decorrência do assassinato do imperador Leão V e a ascensão ao trono do novo imperador, Miguel II (820-829), que se comprometeu a reinar acima da Iconoclastia, ou seja, não a suprimiria, mas também não governaria a partir dela, cessando, desse modo, as perseguições e punições, retirando os exílios, mas não voltando com os exilados para os seus postos de origem (STAMBOLOV, 2015, p. 153-154).

Com isso, Teodoro pode retornar a Constantinopla e continuar sua luta contra a Iconoclastia. Porém, o imperador ordenou que tanto a Iconoclastia quanto a Iconofilia deveriam conviver dentro do Império, o que levou o monge a se autoexilar em 823 e nunca mais retornar ao seu mosteiro, por ser contrário não somente à Iconoclastia, mas também ao casamento do imperador com a filha de Constantino VI (STAMBOLOV, 2015, p. 153-154).

Mais uma vez, Teodoro tentou utilizar de seu prestígio para intervir em assuntos imperiais, inclusive tentando reviver a Controvérsia Moechiana, postando-se novamente contrário ao casamento de um imperador. Mas, cansado, se rendeu.

Em relação a manter ambas as políticas religiosas dentro do Império, foi ordenado que tal convivência fosse pacífica, de modo que os iconófilos vivessem fora da capital, Constantinopla, o que fez com que Teodoro e seus discípulos se estabelecessem na Bitínia por medo de novas perseguições (CHOLIJ, 2009, p. 61-62). É possível observar

que a decisão do imperador Miguel II de dar continuidade tanto à Iconofilia quanto à Iconoclastia foi de cunho político para se manter no poder, favorecendo ambos os lados e as relevantes posições sociais inclusas no imbróglio.

A Segunda Iconoclastia teria sido, assim, uma consequência da Primeira e da Controvérsia Moechiana, que elevaram não somente os monges iconófilos, mas o setor monacal em geral, a um patamar que induzia certo medo aos imperadores, que continuavam a governar sob extrema pressão, tanto externa quanto interna, e precisavam demonstrar toda a sua autoridade, coibindo qualquer manifestação em desacordo com seus desígnios.

Assim sendo, ao intimidar a permanência dos iconófilos, principalmente de Teodoro, em Constantinopla, o imperador conseguiu encerrar um ciclo de batalhas e oposições, que findarão definitivamente em 843, com o “Triunfo da Ortodoxia”, que não será presenciado por Teodoro, já que este faleceu em 826, no seu autoexílio.

É preciso deixar claro, nesse ínterim, que uma das maiores preocupações de Teodoro, no decorrer desses acontecimentos, fora o futuro do Mosteiro de Estúdio após o seu falecimento, que sabia estar próximo, em decorrência das doenças que acometiam o seu corpo. Sua preocupação estava justamente no fato de a política iconoclasta ainda estar em vigor no Império e de que o mosteiro foi assumido por um monge que não era de sua confiança.

Por isso, deixou um *Testamento*, no qual depositou todos os seus medos e receios, além de utilizar de sua influência para promover regras para o futuro novo abade, que presumia ser seu pupilo, Naucrácio (842-847), ao qual confiou as suas últimas palavras. Entre elas destacamos sua maior preocupação:

Você não deve colocar a pessoa de qualquer outro homem, eminente e poderoso de acordo com a presente idade, à frente do que beneficia a comunidade. Nem você deve recuar de sacrificar sua vida até mesmo ao ponto de derramamento de sangue na guarda dessas leis e mandamentos divinos (*Testamento de Teodoro para o Mosteiro de Estúdio*, Regras para o Abade, p. 79, tradução nossa).<sup>2</sup>

Com o fim definitivo da Iconoclastia, em 843, foram destruídos os seus decretos sinodais e determinado que o *Synodikon* da Ortodoxia fosse lido em todas as igrejas do Império, anualmente, além da doutrina dos ícones ser classificada no mesmo patamar das demais relacionadas à fé cristã (MORRIS, 1995, p. 9-10).

---

<sup>2</sup> “You shall not place the person of any other man, eminent and powerful according to the present age, ahead of that which benefits the community. Nor shall you shrink from laying down your life even to the point of bloodshed in guarding these godly laws and commands” (*Testament of Theodore the Studite for the Monastery of St. John Stoudios in Constantinople*, p. 79).

Os defensores dos ícones, além de elogiados, passaram a ser festejados pelos seus nomes, como os casos dos patriarcas Germano (715-730), Tarásio (784-806), Nicéforo I (806-815) e Metódio I (843-847), além dos monges estuditas e Teodoro (759-826), entre outros, homens considerados heróis e maiores adversários da Iconoclastia (MORRIS, 1995, p. 10).

No mesmo ano, seu pupilo Naucrácio conseguiu recuperar o controle do Mosteiro de Estúdio, tonando-se abade, onde não somente deu continuidade à obra de Teodoro, como se certificou que o mosteiro prosseguisse independentemente da intervenção imperial (STAMBOLOV, 2015, p. 155).

Teodoro foi reconhecido como um grande líder e seu estilo de vida monástico alcançou relevante popularidade, o que levou ao despontamento do seu culto e ao do seu irmão, José, após os restos mortais de ambos serem transportados para Constantinopla e sepultados no mosteiro da família, em 844 (MORRIS, 1995, p. 18).

O Mosteiro de Estúdio atingiu grande popularidade, além do aumento de sua fortuna, uma vez que houve um renascimento do monasticismo no Império, que contava com a aprovação imperial e seu patrocínio (MORRIS, 1995, p. 18-19). Continuou ainda se destacando em virtude de suas posições e oposições, como pudemos constatar em documentos presentes nas *Atas do Patriarcado de Constantinopla*, como o n. 429 (845-846), composto por uma carta escrita aos estuditas Naucrácio, agora abade, e Atanásio, coibindo ambos por suas atitudes em relação ao patriarca Metódio I (843-847):

Carta aos estuditas (Naucrácio e Atanásio). O patriarca estava preparado para ser paciente, mas diante do inconveniente, sente-se obrigado a alertar a todos sobre o que o espera. É a primeira dirigida a eles (Naucrácio e Atanásio). A Igreja não pode ser concebida sem uma cabeça e, se eles não têm uma, não podem comandar os outros. No entanto, o patriarca admite que permaneçam no mosteiro, proibindo-os de o deixar. Em seguida, dirige-se aos irmãos, a quem declara livres dos laços da obediência e livres para se unirem à Igreja; O padre Teodoro, tonsurado em casa, optou por se recompor, dando aos idosos uma lição de sabedoria. Agora temos que fazer a pergunta: quem os chamou de hegúmeno? Durante a vida do Patriarca Nicéforo, eles teriam a possibilidade de obter uma carta ou uma bênção pessoal; contanto que não mostrem prova de seu título, não há culpa para os monges em abandoná-los. Apesar desta sentença de prisão, não de exílio, o patriarca poupa a profissão e a idade. Se hoje ou numa data combinada eles não anatematizarem os escritos contra Nicéforo e Tarásio, como ele notificou todas as dioceses, o patriarca reserva não só o anátema, mas também o catatema; pois seu bendito hegúmeno (Teodoro) tinha de fato negado esses escritos no final de sua vida, visto que ele não teria vindo conosco se tivesse mantido algum ressentimento à parte dele. Ele não escreveu isso para confundi-los, mas para convencê-los. Devemos orar ao Senhor Jesus para que não sejam apenas palavras e que a paz seja restaurada. Que o pensamento da morte promova o perdão mútuo que produz o perdão de Deus, por intercessão da Mãe de Deus, dos anjos e dos santos (GRUMEL, 1989, p. 75, tradução nossa).<sup>3</sup>

<sup>3</sup> "Lettre aux Studites (Naukratios et Athanase). Le patriarche était disposé à patienter, mais devant les inconvénients de la temporisation il se croit obligé d'avertir chacun de ce qui l'attend. Il s'adresse d'abord à eux (Naukratios et Athanase).

O documento acima demonstra que, mesmo após a querela das imagens, os estuditas continuaram a atuar como oposição, seguindo o modelo de seu ex-abade. Porém, após a Iconoclastia, ainda no século IX, houve uma multiplicação de fundações monásticas patrocinadas pelo poder imperial, principalmente na capital, Constantinopla, e na Bitínia com o objetivo que contribuíssem para o bom funcionamento do Império (BENOIT-MEGGENIS, 2010, p. 173-174):

A notável continuidade do patrocínio imperial bizantino, no entanto, permanece paradoxal. A generosidade demonstrada pelos imperadores em seus crisóbulos de doações e isenções fiscais contradiziam as linhas principais da política imperial. A dinastia dos Comnenos trouxe essa contradição ao seu auge: de 1081 a 1185, esses imperadores começaram a reafirmar sua autoridade e melhorar a renda do Império por grande reorganização das finanças, justiça e da Igreja, bem como por medidas de impostos severos. Eles, no entanto, mostraram grande indulgência para com mosteiros; eles os dotaram generosamente, multiplicaram as isenções fiscais e encorajaram novas fundações. Eles não hesitaram, quando necessário, em opor-se a membros de sua própria administração, especialmente funcionários dos fiscais, a fim de proteger os interesses das mais veneradas instituições monásticas.<sup>4</sup>

Mais uma vez, o fim da Iconoclastia foi um excelente negócio para os mosteiros, que não somente se multiplicaram no período, mas também cresceram tanto materialmente quanto em relação aos seus privilégios e influência nessa sociedade. Foi ainda um importante mecanismo de fortalecimento da causa monástica, já que os monges foram

---

L'Église ne se conçoit pas sans tête et s'il n'en ont pas eux-mêmes ils ne peuvent commander aux autres. Cependant le patriarche admet qu'ils restent dans leur monastère en leur interdisant d'en sortir. Puis il s'adresse aux frères, qu'il déclare déliés des liens de l'obéissance et libres de s'unir à l'Église; l'abbé Théodore, tonsuré chez eux, a choisi de se rallier, donnant aux plus âgés une leçon de sagesse. Maintenant il faut poser la question: qui les a nommés higoumènes? Du vivant du patriarche Nicéphore, ils auraient eu la possibilité d'obtenir une lettre ou une bénédiction personnelle; tant qu'ils n'exhiberont pas la preuve de leur titre, il n'y a aucune faute pour les moines à les abandonner. Malgré cette peine de réclusion, non d'exil, le patriarche ménage leur profession et leur âge. Si aujourd'hui ou à une date convenue ils n'anathématisent pas les écrits contre Nicéphore et Taraise, comme il l'a notifié à tous les diocèses, le patriarche leur réserve non seulement l'anathème, mais le catathème; car leur bienheureux higoumène (Théodore) avait renié de fait ces écrits à la fin de sa vie, puisqu'il ne serait pas venu avec nous s'il avait gardé à part lui quelque ressentiment. Il n'écrit pas cela pour les confondre mais pour les convaincre. Il faut prier le Seigneur Jésus que ce ne soient pas là de simples paroles et que la paix soit rétablie. Que la pensée de la mort favorise le pardon mutuel qui entraîne le pardon de Dieu, par l'intercession de la Mère de Dieu, des anges et des saints" (GRUMEL, 1989, p. 75).

<sup>4</sup> "La remarquable continuité du patronage impérial byzantin reste toutefois paradoxale. La générosité affichée par les empereurs dans leurs chrysobulles de donations et d'exemptions fiscales contredisait les grandes lignes de la politique impériale. La dynastie des Comnènes porta à son comble cette contradiction : de 1081 à 1185, ces empereurs ont entrepris de réaffirmer leur autorité et d'améliorer les revenus de l'empire par une réorganisation importante des finances, de la justice et de l'Église, ainsi que par des mesures fiscales sévères. Ils ont fait preuve, cependant, d'une grande indulgence à l'égard des monastères ; ils les ont dotés généreusement, ont multiplié les exemptions fiscales et encouragé les nouvelles fondations. Ils n'hésitaient pas, quand cela était nécessaire, à s'opposer aux membres de leur propre administration, particulièrement aux fonctionnaires du fisc, afin de protéger les intérêts des institutions monastiques les plus vénérables" (BENOIT-MEGGENIS, 2010, p. 173-174).

considerados os maiores defensores dos valores ortodoxos, inclusive, mais que os próprios imperadores (MORRIS, 1995, p. 30).

No entanto, no que se refere ao Mosteiro de Estúdio, o que seu ex-abade e precursor Teodoro mais temia aconteceu e sua independência não se manteve. Tempos depois do desfecho final da política iconoclasta, ainda no século IX, mais precisamente em 870, o mosteiro tornou-se imperial, sendo também utilizado como prisão para altos funcionários e oficiais que ameaçassem os interesses imperiais (BENOIT-MEGGENIS, 2010, p. 462), como no século XI, no qual três ex-imperadores – Miguel V, o Calafate, em 1042; Isaac I Comnenos, em 1059, e Miguel VII, Ducas, em 1078 – foram para ele enviados em exílio (MILLER, 2000, p. 69).

### **Considerações finais**

O nosso intuito no presente artigo foi demonstrar como se desenrolaram as relações entre Teodoro, seu tio Platão e os estuditas frente ao poder imperial e a atuação destes contra o último através de dois grandes acontecimentos do período: a Iconoclastia e a Controvérsia Moechiana.

A partir de então, pudemos concluir que a Segunda Iconoclastia, ao contrário da primeira, foi uma forma de suprimir o monasticismo, em decorrência da atuação de grupos de monges no decorrer da primeira e de outros que deram origem à Controvérsia Moechiana.

Teodoro e seus companheiros eram uma força que precisava ser combatida, pois poderiam influenciar demais grupos do setor monacal e levar o poder imperial à perda de apoio, em um momento marcado pela necessidade de sua preservação devido às pressões externas. Assim, era necessário intimidar a presença dos iconófilos, encerrando um ciclo de oposições que desgastavam a imagem do imperador.

A influência de Teodoro, contudo, se mostrou forte mesmo com as punições que recebeu, como no caso dos exílios, os quais aproveitou para desenvolver suas obras contrárias aos iconoclastas e dar continuidade à sua oposição por meio de cartas. O abade não conseguiu retornar ao seu mosteiro, mas foi uma peça relevante para o desgaste da política iconoclasta, sendo, inclusive, comemorado todos os anos como herói da Igreja Ortodoxa.

Nesse sentido, finalizamos ainda com mais duas constatações, que implicam a percepção segundo a qual monges, imperadores e patriarcas agiam de acordo com as demandas necessárias para se manter em seus postos e que a Iconoclastia e a Controvérsia Moechiana fizeram bem a monges e mosteiros, fortalecendo a causa monástica.

## Referências

### Documentação textual

- GRUMEL, V. *Le patriarcat byzantine, série I: les registes des actes du patriarcat de Constantinople. Les actes patriarches, fasc. II et III. Les registes de 715 à 1206.* Paris: Institut Français d'Études Byzantines, 1989. v. 1.
- TESTAMENT of Theodore the Studite for the Monastery of St. John Stoudios in Constantinople. In: THOMAS, J.; HERO, A. C. (ed.). *Byzantine monastic foundation documents: a complete translation of the Surviving Founder's Typika and Testaments.* Washington: Dumbarton Oaks, 2000, p. 67-83.

### Obras de apoio

- ALEXANDER, P. J. Religious persecution and resistance in the Byzantine Empire of the eighth and ninth centuries: methods and justifications. *Speculum*, v. 52, n. 2, p. 238-264, 1977.
- BENOIT-MEGGENIS, R. *L'empereur et le moine: recherches sur les relations entre le pouvoir impérial et les monastères à Byzance, du IXe siècle à 1204.* 2010. Tese (Doutorado em História) – École Doctorale en Sciences sociales, Université Lumière Lyon 2, Lyon, 2010.
- CHARANIS, P. The monastic properties and the state in the Byzantine Empire. *Dumbarton Oaks Papers*, v. 4, p. 53-118, 1948.
- CHOLIJ, R. *Theodore the stoudite: the ordering of holiness.* Oxford: Oxford Scholarship Online, 2009.
- KAZHDAN, A. P. (ed.). *The Oxford Dictionary of Byzantium.* Oxford: Oxford University Press, 1991. v. 3.
- McGUICKIN, J. The theology of images and the legitimation of power in eighth century Byzantium. *St Vladimir's Theological Quarterly*, p. 39-58, 1993.
- MEYENDORFF, J. *Byzantine theology: historical trends and doctrinal themes.* New York: Fordham University Press, 1979.
- MILLER, T. *Theodore Studites: Testament of Theodore the Studite for the Monastery of St. John Stoudios in Constantinople.* In: THOMAS, J.; HERO, A. C. (ed.). *Byzantine monastic foundation documents: a complete translation of the Surviving Founder's Typika and Testaments.* Washington: Dumbarton Oaks Research Library and Collection, 2000, p. 67-83.

MORRIS, R. *Monks and laymen in Byzantium, 843-1118*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

OSTROGORSKY, G. *Historia del Estado bizantino*. Madrid: Akal, 1984.

STAMBOLOV, A. Monks and state: St Theodore the Studite and his relations to the State and Church authorities in Byzantium. *Phronema*, v. 30, n. 1, p. 137-165, 2005.

TREADGOLD, W. *Breve historia de Bizancio*. Barcelona: Paidós Ibérica, 2001.